

Marcelo Batlouni Mendroni

Provas no Processo Penal

Estudo sobre a Valoração das Provas Penais

2ª Edição

© 2010 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2010; 2. ed. 2015

Capa: Marcio Henrique Medina

Projeto gráfico e composição: CriFer – Serviços em Textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mendroni, Marcelo Batlouni

Provas no processo penal : estudo sobre a valoração das provas penais /
Marcelo Batlouni Mendroni. – 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-00053-5

ISBN 978-85-97-00054-2 (PDF)

1. Processo penal 2. Processo penal – Brasil 3. Prova (Direito) I. Título.

10-08008

CDU-343.14 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Provas : Direito Processual Penal 343.14 (81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) e crime estabelecido pelo artigo
184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sumário

Introdução, 1

- 1 Da Análise Valorativa: sobre o Problema do Valor e da Valoração em Geral**, 5
 - 1 A concepção empírico-dinâmica do processo, 8
 - 2 Os sistemas de valoração das provas, 10
 - 3 A tarefa das partes e a produção das provas, 13
 - 4 Juiz e obtenção de provas, 14
 - 5 As medidas cautelares no processo penal brasileiro, 15
 - 5.1 Espécies, 17
 - 5.2 Regras, 21
 - 5.3 Prisões cautelares, 24
 - 5.4 Prisões preventivas, 25
 - 5.4.1 Prisão preventiva autônoma, 25
 - 5.4.2 Prisão preventiva por conversão, 26
 - 5.4.3 Prisão preventiva substitutiva, 27
 - 5.4.4 Prisão preventiva utilitarista, 27
- 6 Monitoramento eletrônico, 29
 - 6.1 Análise legal, 29
 - 6.2 Tipos de equipamentos, 31
 - 6.3 Controle, 33
 - 6.4 Utilização, 34
 - 6.5 Requisitos práticos para o uso do monitoramento eletrônico, 34
 - 6.6 Recomendações para a designação do monitoramento eletrônico, 35

- 7 Fase pré-processual: valoração dos indícios, 36
 - 7.1 As evidências, 36
 - 7.1.1 A prova indiciária, 36
 - 7.1.2 A análise estrutural dos indícios, 39
 - 7.2 Formas de admissão de proposição probatória, 45
 - 7.2.1 Inferência pela lógica científica, 46
 - 7.2.2 Inferência pela lógica científica de individualização, 46
 - 7.2.3 Inferência pela observação do comportamento humano, 47
 - 7.2.4 Inferência pela aplicação da “*máxima de experiência*”, 47
 - 7.3 A prova indiciária e o seu poder de convencimento do juiz, 49
 - 7.4 A prova indiciária e o princípio da presunção de inocência, 53
 - 7.5 A valoração de laudos periciais elaborados por órgãos não oficiais, 57
 - 7.6 Importância das provas (indícios) obtidas através de medidas cautelares reais, 58
 - 7.7 A prisão do suspeito como “instrumento de prova”. Coação moral – utilização da delação premiada – impedimento de que “esconda/apague” indícios. Permissividade?, 59
 - 7.8 O instituto do *habeas corpus* e o Garantismo. Remédio heroico ou “curinga processual”?, 59
 - 7.9 Sobre os cuidados essenciais com as nulidades dessas provas (indícios) – Verificação das garantias e direitos individuais – constitucionais do investigado. 62
 - 7.10 Contraditório: presença do promotor e da defesa no interrogatório e depoimentos das testemunhas, 63
- 8 Questionamentos da atividade probatória, 64
 - 8.1 Testemunhos, 64
 - 8.1.1 Testemunho no distrito policial, somente à autoridade policial, 64
 - 8.1.2 Testemunho no distrito policial, à autoridade policial, com a presença do promotor e/ou de advogado, 64
 - 8.1.3 Testemunho ao promotor, no seu gabinete, 64
 - 8.1.4 Testemunho ao promotor, no seu gabinete, com a presença de advogado, 65
 - 8.1.5 Testemunho ao juiz, em produção antecipada de provas, 65
 - 8.1.6 Testemunho ao juiz com presença obrigatória das partes, 66
 - 8.2 A contraposição entre a necessidade de aplicação rigorosa da lei no combate à criminalidade, especialmente organizada, e o abuso da interferência nos direitos e garantias individuais constitucionais, 66
 - 8.3 O controle da atividade policial na coleta das evidências e a atuação do Ministério Público nesta fase preliminar, 69
 - 8.4 A máxima de experiência e os fatos notórios/públicos como elementos de prova. Sua utilização pelas partes, 75
 - 8.4.1 Máxima de experiência, 75
 - 8.4.2 Fatos notórios × máxima de experiência, 76

- 8.5 Valoração dos chamados *contraindícios*, 77
 - 8.6 As questões da prova sobre a prova como controle de confiabilidade no processo penal, 80
 - 8.7 A confiabilidade da prova oral. Exploração das questões, 82
 - 8.8 Os informantes, 85
- 2 Idoneidade das Provas: Natureza e Produção, 88**
- 1 Momento, 88
 - 1.1 Fase pré-processual, 89
 - 1.2 Fase processual, 90
 - 2 Sujeito, 90
 - 2.1 Órgão administrativo (polícia etc.), 91
 - 2.2 Partes, 91
 - 2.3 Juiz, 92
 - 3 Forma, 92
 - 3.1 Testemunhal, 92
 - 3.2 Documental, 95
 - 3.3 Material, 96
 - 4 Conteúdo: provas diretas e provas indiretas, 98
 - 5 Juízo de Admissão, 100
 - 5.1 Momento processual, 101
 - 5.2 Aporte da prova aos autos, 101
 - 6 Análise da origem da prova, 102
 - 6.1 Forma, 102
 - 6.2 Sujeito que a produziu, 103
 - 7 Exercício do contraditório, 103
 - 7.1 Investigação pré-processual, 103
 - 7.2 Processo criminal, 104
 - 8 Decisão, 104
 - 8.1 Admissibilidade, 105
 - 8.2 Inadmissibilidade, 105
 - 8.2.1 Validada, 106
 - 8.2.2 Nula produzida por meio ilícito, 106
 - 8.2.3 Vício de forma, 107
 - 8.2.4 Vício de origem, 107
 - 8.3 Supérflua ou Irrelevante, 108
 - 8.3.1 Preclusa, 108
 - 8.3.2 Validada, 109
 - 8.3.3 Invalidada, 109
 - 9 Provas admissíveis, 109
 - 9.1 Nominadas, 109
 - 9.2 Inominadas, 109
 - 10 Provas em tese inadmissíveis, porque produzidas por meio ilícito, mas admissíveis quando confrontadas com o princípio da proporcionalidade, 110

- 11 Juízo de valoração, 110
 - 11.1 Provas livres (de livre convencimento), 112
 - 11.2 Provas Legais, 114
 - 11.2.1 Representativas, 114
 - 11.2.2 Críticas, 116
 - 11.2.3 Sequência lógica da análise valorativa, 120
- 12 Conclusão, 121
 - 12.1 Dúvida, 122
 - 12.1.1 Provável, 122
 - 12.1.2 Crível, 123
 - 12.2 Certeza (convencimento-convicção), princípio do Sistemático Convencimento, 124
- 3 Análise Estrutural das Várias Provas, 128**
 - 1 Interrogatório do acusado, 128
 - 1.1 Confissão, 129
 - 1.2 Confissão parcial, 130
 - 1.3 Confissão e posterior retratação, 130
 - 1.4 Incriminação do corréu, 131
 - 2 Versão diversa do corréu, 131
 - 3 Documentos apreendidos – em poder do acusado/pessoa próxima, 132
 - 3.1 Busca e apreensão no Brasil, 133
 - 4 Documentos originais/cópias autenticadas/cópias simples, 134
 - 5 Documentos apresentados pela defesa, 135
 - 6 Versões comprovadamente mentirosas do réu – conraindício, 136
 - 7 Provas periciais, 138
 - 8 Provas específicas, 140
 - 8.1 Documentos, 140
 - 8.1.1 Grafotécnico, 140
 - 8.1.2 Análises químicas/comparação de tintas, papéis, 141
 - 8.1.3 Material orgânico, sangue, DNA, sêmen, saliva, 143
 - 8.1.4 Drogas, 144
 - 8.1.5 Laudos de locais e armas, 145
 - 8.1.6 Laudos técnicos de peritos não oficiais apresentados pelas partes, 146
 - 8.1.7 Testemunhas diretas, 147
 - 8.1.8 Testemunhas indiretas, 148
 - 8.1.9 Parentes/amigos – informantes, 149
 - 8.1.10 Obtenção de prova decorrente da delação (colaboração) premiada, 150
 - 8.1.11 Obtenção de prova decorrente do testemunho do agente infiltrado, 152
 - 8.1.12 Interceptações de comunicações, 154

- 8.1.13 Telefônica/rádio, 156
- 8.1.14 Ambiental, 157
- 8.1.15 *E-mails* (msg etc.), 158
- 8.1.16 Gravações clandestinas, 158
- 8.1.17 Dados fiscais/bancários/telefônicos, 159
- 9 Provas ilícitas – produzidas por meios ilícitos, 160
 - 9.1 Na fase de investigação preliminar, 160
 - 9.2 No processo penal, 161
 - 9.2.1 A *Exclusionary rule* do Sistema Norte-Americano, 161
 - 9.2.1.1 A formação da teoria, 161
 - 9.2.1.2 A teoria do fruto da árvore contaminada, 164
 - 9.2.2 A *Beweisverbote* do sistema alemão, 165
 - 9.2.3 As teorias sobre a *Beweisverbote*, 168
 - 9.2.3.1 Teoria da esfera jurídica. *Die Rechtskreislehre des BGH*, 168
 - 9.2.3.2 Teoria da ponderação. *Die Abwägungslehre*, 169
 - 9.2.3.3 Teoria da proteção do efeito ou da finalidade. *Die Schutzzwecklehre*, 170
 - 9.2.4 Efeitos das Provas Proibidas, 171
 - 9.2.4.1 Proibição da admissão da prova (*Beweiserhebungsverbote*), 171
 - 9.2.4.2 Em relação ao tema (*Beweisthemaverbote*), 171
 - 9.2.4.2.1 Em relação ao meio (*Beweismittelverbote*), 171
 - 9.2.4.2.2 Em relação ao método (*Beweismethodenverbote*), 172
 - 9.2.4.3 Proibição da valoração da Prova (*Beweisverwertungsverbote*), 172

Bibliografia, 175